

NITEROI E REGIAO/RJ

É por direitos! Vigilantes fazem manifestação no Centro de Maricá



Dezenas de vigilantes realizaram manifestações nas agências bancárias de Maricá na manhã desta quarta-feira (10). A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói, Maricá, São Gonçalo, Itaboraí e Rio Bonito (SVNIT) encabeçou e deu visibilidade às reivindicações dos trabalhadores.

O ato teve por objetivo exigir das empresas, acima de tudo, respeito. “Estamos realizando manifestações em todas as cidades da nossa base territorial. A população precisa saber a covardia que as empresas estão fazendo com a gente. Não vamos permitir que tirem nossos direitos. Não somos escravos, somos seres

humanos!”, comentou o presidente do SVNIT, Cláudio Vigilante.

A categoria está sem Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) há seis meses. Ou seja: direitos garantidos, como o vale alimentação, reciclagem do trabalhador e recebimento horas extras a 100%, dentre outros, podem ser perdidos de acordo com os interesses dos empresários.

A proposta de reajuste salarial feita pelos vigilantes é de reposição da inflação mais 100% de ganho real. Como o índice da inflação, em março, era de 4%, os vigilantes pedem a reposição e mais 4% de reajuste real. Além disso, o vale alimentação teria um reajuste de R\$ 7 (passando de R\$ 22/dia para R\$ 30/dia).

Já a contraproposta da classe patronal é absurda. Foi sugerido congelar o vale alimentação e o piso salarial, além do encerramento do plano ambulatorial dos vigilantes.

“Nós queremos dignidade. Queremos um salário decente. Um vale alimentação decente. Sabemos que temos responsabilidades com a greve, mas temos família para sustentar e colocar comida na mesa”, disse Cláudio

Vigilante.

Vale lembrar que, apesar das liminares inconstitucionais que retira o direito de greve, o sindicato permanece mobilizado na defesa da classe.

O direito de greve, previsto em constituição, foi quebrado pela justiça ao conceder liminares prevendo efetivo mínimo de 50% e/ou 2 vigilantes em todas as agências bancárias.

A greve dos vigilantes começou no dia 21/07 e segue por tempo indeterminado. O SVNIT aguarda o julgamento do dissídio coletivo de greve pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

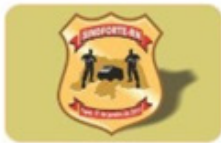


Banco do Brasil



Banco Bradesco

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói



Natal/RN 10 de agosto de 2020

Informativo de responsabilidade do Sindforte-RN

Ano IX N. 12

O Sindicato Estadual Dos Trabalhadores Vigilantes Em Transporte De Valores, Carro Forte, Escolta Armada, Carro Leve E Trabalhadores Do Caixa Forte E Tesouraria Bancaria Do RN – Sindforte

SINDFORTE-RN, CONSEGUE APOSENTADORIA AO TRABALHADOR DA PRESERVE NATAL.



Sindforte-RN, conseguiu mais uma vitória em benefício do trabalhador, desta vez foi para um funcionário da **Preserve Natal**, o Sindforte entrou com uma ação contra o INSS solicitando a incapacidade laborativa.

Historiando o caso:

Em setembro de 2019 entramos com o pedido de aposentadoria, logo ao analisar o nosso pedido o INSS chamou para um acordo.

1. O INSS cumprirá a obrigação de fazer e de pagar através dos seguintes parâmetros:

a) OBJETO DO ACORDO: Concessão de benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE em favor da parte autora da presente demanda, com o acréscimo de 25% previsto no art. 45, caput, da Lei nº 8.213/91;

Com este acordo firmado entre as partes, estávamos esperando a homologação em definitivo, e no último dia 05 de agosto do corrente ano, foi homologado.

3. Dispositivo

Diante do exposto, **HOMOLOGO** por sentença o acordo celebrado entre as partes para que produza seus efeitos legais, nos termos do art. 22, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995, c/c o art. 1º da Lei nº 10.259/2001.

SINDFORTE-RN INCANSÁVEL NA LUTA EM DEFESA DOS TRABALHADORES.

STF vai decidir se auxílio-acompanhante pode ser estendido a toda espécie de aposentadoria

De acordo com a lei, o benefício é concedido apenas aos aposentados por invalidez que necessitem de assistência permanente de terceiros



O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se a extensão do benefício previdenciário do auxílio-acompanhante a todas espécies de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é constitucional. De acordo com a Lei dos Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991), esse valor adicional de 25% é pago exclusivamente aos aposentados por invalidez que necessitem de assistência permanente de terceiros. A discussão é objeto do Recurso Extraordinário (RE) 1221446, que teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual (Tema 1095).

Benefício assistencial

O recurso extraordinário foi interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que assegurou a extensão do benefício a todos os aposentados, com fundamento nos princípios da dignidade da pessoa humana e da isonomia e na garantia dos direitos sociais. De acordo com o STJ, o adicional tem caráter assistencial, pois o fato gerador (a necessidade de assistência permanente de outra pessoa) pode estar presente no momento do requerimento administrativo da aposentadoria por invalidez ou ser posterior e ter ou não relação com a moléstia que deu causa à concessão do benefício originário.

Má aplicação da isonomia

No RE, o INSS argumenta “má aplicação”, pelo STJ, dos princípios da isonomia e da dignidade humana. Segundo a autarquia, o aposentado por invalidez se depara com a incapacidade quando está trabalhando, o que faz com que seus planos e projetos sofram mudança drástica e imprevista, enquanto, nos demais casos, a invalidez ocorre após a aposentadoria. “Por este motivo é que, em nome da isonomia, para nivelar situações desiguais, o adicional de 25% se restringe ao benefício de aposentadoria por invalidez”, sustenta.

Impacto

Em manifestação no Plenário Virtual pela existência de repercussão geral, o relator do recurso, ministro Luiz Fux, verificou que a matéria, além de natureza constitucional, transcende os limites individuais da causa, em razão da interpretação extensiva conferida pelo STJ ao artigo 45 da Lei 8.213/1991 para permitir a concessão do auxílio a qualquer tipo de aposentadoria pelo RGPS. O ministro também destacou o impacto em outros casos, pois a questão envolve um número elevado de segurados potencialmente alcançados pela decisão do STJ.

O ministro observou que a Primeira Turma do STF, no julgamento de Agravo Interno na Petição (Pet) 8002, também de sua relatoria, decidiu suspender nacionalmente todos os processos que tratem da matéria, para que seja apreciada pelo Plenário.

Fonte: STF

Oposição na Câmara cobra devolução da MP de Bolsonaro

Medida permite a venda de ativos da Caixa e viabiliza abertura de capital de suas subsidiárias



A oposição na Câmara, junto com líderes da minoria, José Guimarães (PT-CE) e André Figueiredo (PDT-CE), protocolaram nesta terça-feira (11) ofício ao presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), em que pede a devolução da MP 995/2020, que permite a venda de ativos pela Caixa Econômica Federal e viabiliza a abertura de capital de suas subsidiárias. Se mantida por David Alcolumbre (DEM/AP), a MP enfrentará resistência para votação na Câmara.

Editada no último sábado (8), pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), a MP 995/2020, divide a Caixa em subsidiárias através da abertura de seu capital, inclusive pela incorporação de ações de outras sociedades empresariais. Elas também poderão adquirir o controle societário ou participação societária minoritária em sociedades empresariais privadas. Além das áreas de Seguridade e Cartões, estão na lista de abertura de capital Loterias e Gestão de Ativos de Terceiros.

“Este é um dos mais fortes ataques que o banco público sofreu nestes últimos anos. O

seu fatiamento enfraquece de modo desastroso o seu papel social, pois compromete as áreas mais rentáveis da Caixa. O atual governo, com sua agenda neoliberal está lançando o patrimônio do povo aos interesses particulares. O Estado brasileiro nunca esteve tão ameaçado. Haverá resistência no Congresso, junto com os representantes da classe trabalhadora e da categoria bancária e de toda a população do nosso país que ampliou suas oportunidades em detrimento de políticas públicas”, destaca Juvandia Moreira, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Pressão no Congresso

O ofício também é assinado pelos líderes dos partidos Ênio Verri (PT), Alessandro Molon (PSB), Wolney Queiroz (PDT), Fernanda Melchionna (PSOL), Perpétua Almeida (PCdoB) e Joenia Wapichana (REDE); e pelo líder da Minoria no Congresso, deputado Carlos Zarattini (PT).

Fonte: CONTRAF

Bolsonaro quer precarizar mais o trabalho com salário por hora para 50% dos funcionários de cada empresa

Contratação por hora, e não mais com salário mensal, é o eixo central do projeto da carteira de trabalho verde-amarela



Depois da reforma trabalhista de Michel Temer, que prometia gerar empregos e não teve nenhum impacto positivo no mercado de trabalho, Jair Bolsonaro quer precarizar ainda mais as regras trabalhistas, com salários pagos por hora – e não mais fixados em valores mensais. Este é o eixo do projeto da carteira de trabalho verde-amarela.

“O projeto do governo para afrouxar regras de contratação de trabalhadores prevê que até metade dos empregados de empresas privadas sejam pagos por hora trabalhada, em vez de salário mensal. Essa modalidade de contratação deve ser a base da proposta da carteira verde e amarela. O governo diz que o objetivo é incentivar a criação de empregos”, informa o

jornalista Antônio Temóteo, em reportagem publicada no Uol.

“O projeto que deve ser enviado ao Congresso prevê uma implantação gradual: no primeiro ano, as empresas poderiam ter 10% dos empregados contratados pelo regime de pagamento por hora trabalhada. No segundo ano, 20% e, no terceiro, 30%. Empresas de saneamento seriam exceção e já começariam com 50% no primeiro ano. Especialistas dizem que a medida pode criar empregos, mas causar a demissão dos trabalhadores atuais, porque os outros seriam mais baratos”, aponta ainda o repórter.

Fonte: 247

Além de encolher, mercado de trabalho perde R\$ 12 bilhões de renda em um trimestre

Em um ano, são quase 10 milhões de pessoas a menos na força de trabalho, mostra a Pnad Contínua, do IBGE. Desempregados somam mais de 12 milhões



Soma dos rendimentos do trabalho é de R\$ 203,5 bilhões

A edição mais recente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, mostrou, mais que aumento da taxa de desemprego, uma saída dramática de pessoas da força de trabalho brasileira. No trimestre encerrado em junho, havia quase 10 milhões a menos entre os ocupados. Eles somavam 83,347 milhões, ante 93,342 milhões em igual período do ano passado. A força de trabalho (96,138 milhões) caiu praticamente na mesma proporção, enquanto os desempregados somam 12,791 milhões.

O encolhimento mostra outra face negativa da crise e com efeitos para toda a economia. Com tanta gente fora do mercado, a renda do trabalho também cai. A massa de rendimentos, que em junho de 2019 atingia R\$ 212,911 bilhões, agora é de R\$ 203,519 bilhões. Quase R\$ 9,4 bilhões a menos. Essa retração se concentrou no segundo trimestre deste ano, que perdeu R\$

12 bilhões em relação ao primeiro.

Individualmente, a renda do trabalho não teve tanta variação na Pnad Contínua. Estimado em R\$ 2.500, o rendimento médio até cresceu, tanto em relação ao primeiro trimestre deste ano como na comparação com o segundo trimestre do ano passado. O que indica que as vagas fechadas foram as de menor remuneração.

Consumo cai e puxa o PIB

A queda na renda já pôde se observar no Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, embora ainda sem todo o impacto da pandemia. Em relação ao último período de 2019, o consumo das famílias (R\$ 1,2 trilhão) caiu 2%. Na comparação com os três primeiros meses do ano passado, queda de 0,7%. “Esse resultado pode ser explicado pela pandemia aliada ao distanciamento social que afetou negativamente o mercado de trabalho, prejudicando a demanda, além dos efeitos sobre a oferta”, diz o IBGE. O PIB do segundo trimestre será divulgado em 1º de setembro.

O Brasil é um país de salários baixos e com disparidades na renda. Uma população com maior poder aquisitivo significaria mais potencial de consumo de produtos e serviços. No ano passado, a renda média domiciliar per capita ficou estagnada em R\$ 1.439, de acordo com o IBGE. Variou de R\$ 636 (Maranhão) a R\$ 2.686 (Distrito Federal).

Fonte: RBA

Itaú anuncia prorrogação de trabalho remoto até final de janeiro de 2021

Banco também irá reabrir 108 agências para diminuir o fluxo de pessoas nesses locais



Em meio à Campanha Nacional 2020, na qual o Comando Nacional dos Bancários prioriza a valorização da vida, os bancários do Itaú têm duas vitórias a comemorar: extensão do home office até o final de janeiro 2021 e a reabertura de agências para diminuir o fluxo pessoas nos locais.

Em vídeo que circula nesta quarta-feira (12) pelos funcionários do Itaú, o presidente do banco, Candido Bracher, afirma que a volta do trabalho aos polos administrativos só acontecerá após o final de janeiro de 2021. Bracher revelou ainda que o banco tem estudado opções para definir como se dará esta volta, com prioridade para o trabalho remoto.

“Desde o início da pandemia nós defendemos que os bancários que cumprir Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

suas funções remotamente, devem permanecer assim até que esta situação se resolva, para preservar suas vidas e das pessoas com quem convivem. Esperamos que os demais bancos sigam o exemplo e também atendam nossa reivindicação”, afirmou Juvandia Moreira, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e uma das coordenadoras do Comando Nacional.

O Itaú anunciou ainda a reabertura de 108 agências para diminuir o fluxo de pessoas nesses locais. “Os bancários estão na linha de frente de atendimento e, por isso, colocam suas saúdes em risco. Com esta ampliação de locais de atendimento, os clientes terão mais opções de atendimento, o que deve diminuir as aglomerações e a possibilidade de contágio”, afirmou Jair Alves, coordenador da Comissão de Organização dos Empregados do Itaú (COE Itaú).

O banco informou também que vai fechar 23 agências. “Outra conquista fundamental foi a garantia de que todos os funcionários das agências fechadas serão realocadas. Ninguém será demitido”, finalizou o coordenador da COE.

Fonte: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF